

Para centrais, plano é recessivo

O programa econômico que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anuncia hoje será recessivo no primeiro momento e seu sucesso dependerá da aprovação do ajuste fiscal pelo Congresso. Esta foi a conclusão a que chegaram ontem os líderes sindicais depois de mais de duas horas de reunião com o ministro Cardoso. "Se o ajuste fiscal não for aprovado, não existe a segunda fase do plano", disse o presidente da Força Sindical, Luís Antônio Medeiros.

O ministro reuniu os sindicalistas para buscar apoio ao plano, mas a reação não foi favorável. "O Medeiros ficou mudo", disse um representante da Força Sindical, enquanto o presidente da CUT, Jair Meneguelli, disse que o programa só tem duas medidas concretas: aumento de imposto e uma "garfada" nos fundos sociais. Meneguelli e Medeiros criticaram a decisão do ministro de incluir entre os recursos que serão bloqueados por dois anos parte da receita do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O coordenador de assuntos institucionais da Força Sindical, Willy Fischer, disse ainda que, durante os debates com o ministro Cardoso, os sindicalistas questionaram a possibilidade do Governo aprovar a emenda constitucional que bloqueia 15% das receitas da União, antes de serem repassadas para estados e municípios. "Esta medida não é simpática", disse Fischer.

O Governo, segundo os sindicalistas, manterá a política monetária (controle da oferta de dinheiro no mercado) praticando taxas de juros reais (acima da inflação) para evitar uma fuga das aplicações para o consumo, bem como a especulação com estoques. O programa de estabilização será executado em "tempos diferentes", segundo o presidente da CUT, Jair Meneguelli. Na primeira fase — que começa hoje com a divulgação da emenda constitucional que bloqueia 15% das receitas da União — o Governo lutará pela aprovação do ajuste fiscal.

Segundo tempo — As medidas de ajuste, segundo o representante da Força Sindical, Willy Fischer, envolvem a extinção de dois ministérios e de algumas secretarias. Depois de garantido o ajuste, o ministro Cardoso passará para o que os técnicos estão chamando de "segundo tempo". Ou seja, começa a vigorar o novo indexador da economia e a "reforma monetária", com a transformação do novo índice em uma moeda.

Ontem, durante a reunião, o ministro preferiu chamar esta moeda de "cruzeiro conversível", porque poderá ser trocado por outras moedas estrangeiras. "O ministro falou em uma moeda confiável", disse Fischer. Segundo o economista da Força Sindical, o ministro não foi explícito, "mas deu a entender" que em algum momento o Governo irá definir as regras de passagem do cruzeiro real para a nova moeda.

O ministro Cardoso reuniu os líderes sindicais para fazer uma exposição sobre o programa econômico. "Falou do ajuste, do novo índice, mas não foi claro quanto à nova política salarial", reagiu o presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Francisco Canindé Pegado. "Temos a garantia de que a política não muda agora", disse Medeiros. O presidente da CUT também não ficou convencido do caráter voluntário para a adesão do novo indexador.

"Em todos os planos os salários foram reajustados pela média. O ministro não foi claro sobre o que acontecerá no setor privado", disse Meneguelli, assegurando que, no caso do setor público, os salários serão reajustados pela média. "A conversão dos salários ao novo índice será na marra, porque todos perderão", disse Pegado. Segundo ele, o ministro deixou claro, durante os debates, que se as categorias salariais não lutarem pela conversão dos salários à nova moeda "perderão muito", porque o cruzeiro real irá "progressivamente perdendo valor".